



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA  
CAMPUS IV - DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES - DLH  
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**JÉSSICA MARIA FERNANDES**

**LIVRO DIDÁTICO E SOCIOLINGUÍSTICA: PRECONCEITO E VARIAÇÃO  
LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA**

**CATOLÉ DO ROCHA – PB**

**2020**

**JÉSSICA MARIA FERNANDES**

**LIVRO DIDÁTICO E SOCIOLINGUÍSTICA: PRECONCEITO E VARIAÇÃO  
LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – DLH, do Centro de Ciências Humanas e Agrárias – CCHA, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras/Português, pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.  
Orientador: Prof. Dr. Rafael José de Melo.

**CATOLÉ DO ROCHA – PB**

**2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F363I Fernandes, Jessica Maria.  
Livro didático e sociolinguística: preconceito e variação linguística em sala de aula [manuscrito] / Jessica Maria Fernandes. - 2020.  
56 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2020.  
"Orientação : Prof. Dr. Rafael José de Melo, Departamento de Letras e Humanidades - CCHA."  
1. Livros didáticos. 2. Preconceito linguístico. 3. Variação Linguística. 4. Sala de aula. I. Título  
21. ed. CDD 410

**JÉSSICA MARIA FERNANDES**

**LIVRO DIDÁTICO E SOCIOLINGUÍSTICA: PRECONCEITO E  
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA**

Aprovado em: 23 / 11 / 2020.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Rafael José de Melo – UEPB  
(Orientador)



---

Profa. Ma. Marta Lucia Nunes – UEPB  
(Examinadora)



---

Prof. Ms. Fábio Pereira Figueiredo – UEPB  
(Examinador)

## **DEDICO**

Dedico esse trabalho a Deus, por nortear  
minha vida;  
à minha família, pelo incentivo constante;  
aos amigos, pela compressão nas horas de  
ausência.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

a **Deus**, por ter me dado saúde e força para superar todo e qualquer tipo de dificuldade;

ao meu **pai**, que apesar de todas as dificuldades, esteve ao meu lado, me fortalecendo, que, para mim, foi muito importante;

a minha **mãe**, heroína que me deu apoio e incentivo nas horas difíceis de desânimo e cansaço e nunca deixou que eu desistisse;

ao meu irmão **Francisco Jessé**, por todo apoio;

à **universidade, seu corpo docente, direção e administração;**

ao meu orientador, **Rafael José De Melo**, que muito admiro, pelo suporte no tempo que lhe coube, pelas conversas e incentivos;

a meus amigos, **Francinildo, José Carlos, Ediane, e Francisco Bezerra** pela contribuição valiosa;

aos meus **colegas Petrônio e Elizabeth**, companheiros de trabalhos e que fizeram parte da minha formação;

a **Alisson Clébio**, pelo companheirismo e conselhos nas horas que mais precisei.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigada.

“O preconceito é o filho da ignorância.”

William Hazlitt

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise dos aspectos sociolinguísticos no que se refere ao preconceito e à variação linguística presentes nos livros didáticos de Língua Portuguesa da coleção PNLD “Português Linguagens”, usados do 6º ao 9º anos na Rede Pública de Ensino do município de Brejo do Cruz – PB. A referida Coleção é de autoria de Cereja e Magalhães (2015). O interesse pela temática justifica-se pelo entendimento da relevância das discussões acerca do preconceito e da variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa. Com efeito, estes conceitos são evidenciados nos estudos da sociolinguística variacionista que traz importantes contributos para o estudo da linguagem. Isto posto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica para a qual foram elencados como aportes teóricos os estudos de Bagno (1999, 2002); Bortoni-Ricardo (2005); Brasil (1998); Lajolo (1996); Travaglia (1997), dentre outros. Verificou-se que embora privilegiem os gêneros textuais da escrita, os autores da coleção estudada abordam o preconceito linguístico e a variação linguística em diversos momentos nos livros em variados gêneros textuais, o que evidencia a multiplicidade de possibilidades de usos da língua.

**Palavras-chave:** Livros didáticos. Preconceito linguístico. Variação Linguística. Sala de aula.

## ABSTRACT

This work aims to make an analysis of the sociolinguistic aspects with regard to prejudice and linguistic variation present in the Portuguese Language textbooks of the PNLD collection “PortuguêsLinguagens”, used from the 6th to the 9th grade in the Public Education Network of the municipality of Brejo do Cruz - PB. Said Collection is authored by Cereja and Magalhães (2015). The interest in the theme is justified by the understanding of the relevance of the discussions about prejudice and linguistic variation in Portuguese language classes. Indeed, these concepts are evidenced in studies of variationist sociolinguistics, which brings important contributions to the study of language. That said, it is a bibliographic research for which the studies of authors such as: Bagno (1999, 2002); Bortoni-Ricardo (2005); Brazil (1998); Lajolo (1996); Travaglia (1997) among others. It was found that although they privilege the textual genres of writing, the authors of the studied collection address linguistic prejudice and linguistic variation at different times, including using different textual genres, thus exemplifying the multiplicity of language possibilities

**Keywords:** Textbooks. Sociolinguistic aspects. Linguistic prejudice. Linguisticvariation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Construindo o conceito.....	32
Figura 02 – Semântica e discurso .....	34
Figura 03 – Semântica e discurso .....	35
Figura 04 – As variedades linguísticas .....	36
Figura 05 – Falar bem é falar adequadamente.....	39
Figura 06 – Questões de formalidade e informalidade .....	41
Figura 07 – Lista de palavras comuns no vocabulário popular pernambucano e cearense .....	42
Figura 08 – As variedades linguísticas na construção do texto .....	43
Figura 09 – Semântica e discurso .....	44
Figura 10 – Palavras usadas no Brasil e suas correspondentes em Portugal .....	45
Figura 11 – Exercício de fixação .....	47
Figura 12 – Reportagem: Teclar demais no celular pode causar “Whatsappappinite” .....	48
Figura 13 – O discurso citado: o discurso indireto livre .....	49
Figura 14 – Estrutura e formação de palavras na construção do texto .....	50
Figura 15 – Semântica e discurso - anúncio .....	51

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL.....	12
2 A LÍNGUA E OS ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS.....	16
3 CONCEITUANDO O PRECONCEITO LINGUÍSTICO.....	24
4 O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.....	27
5 A COLEÇÃO “PORTUGUÊS: LINGUAGENS” E A SOCIOLINGUÍSTICA.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55

## INTRODUÇÃO

Durante o desenvolvimento de sua prática docente em sala de aula, o educador encontra inúmeros desafios acerca do ensino e da aprendizagem, o que requer dele uma prática pedagógica em constante reformulação, de modo a levar os estudantes a se posicionarem ativamente no que estão aprendendo. Ora, é preciso que o profissional em educação saiba lidar com as situações adversas da profissão, extraíndo delas a motivação para que ele mesmo possa redimensionar, cotidianamente, a sua docência. Além disso, o professor precisa utilizar-se de ferramentas necessárias a um bom desempenho de suas aulas.

Por essa perspectiva, de modo geral, ao professor está a sua disposição uma série de métodos e instrumentos que podem ser usados para auxiliá-lo no desenvolvimento de um trabalho que esteja voltado ao aprendizado do aluno, conforme as práticas de linguagens nas quais ele se encontra inserido na sociedade, a exemplo dos recursos tecnológicos e midiáticos que quando devidamente explorados e manipulados podem somar-se na Educação, trazendo importantes conhecimentos, ao mesmo tempo em que dinamizam o processo de ensino-aprendizagem.

Em contrapartida a estes recursos, ainda é comum no âmbito educacional a utilização dos livros didáticos que estão fortemente ligados ao ensino tradicionalista. Estes manuais vêm servindo como material de ensino na Educação Básica despertando o interesse de estudiosos em analisar forma mais aprofundadas as suas propostas visto que no cotidiano de muitas instituições escolares, estes manuais se configuram como importantes ferramentas de trabalho.

Entretanto, é válido frisar que os manuais didáticos não devem se sobrepor a outras estratégias como a leitura dos paradidáticos, a pesquisa de outras fontes de informações, as atividades de escrita e refação textuais, a exploração de gêneros textuais não contemplados no livro didático, de modo que este não sirva, para muitos profissionais, como único recurso didático.

Infere-se, por isso, que os livros didáticos são importantes quando devidamente explorados, porém o profissional da educação não se limita ao seu uso exclusivo devendo ter a responsabilidade e competência de levar às aulas outros materiais, buscando sempre inovar para que as intervenções se deem de forma dinâmica, atrativa e interativa para os alunos. Isto posto, o presente estudo tem a

seguinte problemática: “De que forma e em que gêneros textuais o preconceito e a variação linguística são apresentados na coleção do PNLD “Português: Linguagens” dos anos finais do Ensino Fundamental?”.

Nosso interesse pela temática é justificado pela premissa de que o debate em sala de aula dos aspectos de que trata a sociolinguística, especificamente o preconceito linguístico e a variação linguística, é um importante assunto a ser explorado pelo professor em sua prática. Assim, entende-se ser interessante buscar analisar a forma como o preconceito linguístico tem sido trabalhado nos livros didáticos de Língua Portuguesa destacando, inclusive, o conceito de variação linguística que é tão importante para contestar esse tipo de discriminação e entender de forma mais aprofundada os fenômenos linguageiros. Com efeito, o estudo tem ainda relevância no âmbito pessoal por proporcionar maiores conhecimentos à pesquisadora no que se refere à sociolinguística e aos fenômenos da linguagem no que se refere às relações entre a língua/linguagem, e seus usos, e a sociedade.

Assim, objetiva-se nesse trabalho analisar os aspectos sociolinguísticos no que toca ao preconceito e a variação linguística na coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa para os anos finais adotada na Rede Pública de Ensino da Cidade de Brejo do Cruz - PB, coleção PNLD “Português Linguagens”, do 6º ao 9º anos de autoria de Cereja e Cochar.

Para tanto, o trabalho está assentado nos pressupostos teórico-metodológicos dos autores: Bagno (1999, 2002); Bortoni-Ricardo (2005); Brasil (1998); Cagliari (2009), França, Ferrari e Maia (2016), Lajolo (1996); dentre outros cujos estudos estão voltados à temática desta pesquisa.

## 1 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

A prática docente é atravessada por desafios que exigem do professor uma postura dinâmica e integradora para que haja a efetivação da aprendizagem dos alunos. Os modos de vida, o acesso à informação e o mundo estão em constante transformação. Nesse contexto, o aluno da contemporaneidade está inserido numa realidade diversa da de décadas atrás. Os conflitos políticos e culturais são outros, a desigualdade social cada vez mais evidente, os dilemas/facilidades do mundo moderno, a ineficiência dos métodos tradicionalistas de ensino outrora consagrados, diante das inovações educacionais, mas que na atualidade, pouco contribuem para a formação de um sujeito que está submerso na rede tecnológica e em um mundo cada vez mais sem fronteiras.

Neste sentido, espera-se que o educador tenha o cuidado de planejar adequadamente a sua aula, procurando estratégias de ensino que se voltem, de fato, às necessidades dos alunos de modo a considerar, nesse processo, os saberes prévios que eles possuem tendo em vista que os conhecimentos adquiridos fora da escola também possam ser explorados na instituição escolar, trazendo mais sentido à formação acadêmica.

Com efeito, dentre os recursos mais utilizados em sala de aula, estão os livros didáticos (LD) que, como já enfatiza o termo, subsidiam o professor no seu trabalho diário, sendo um dos principais materiais de trabalho usado nas escolas públicas e privadas. Partindo desse aspecto, o livro didático, segundo Lajolo (1996, p.5),

Para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor. Por tais razões, o livro didático dirige-se, simultaneamente, a dois leitores: o professor e o aluno.

O livro didático, nessa perspectiva, tende a facilitar a prática docente, desde que seja utilizado de maneira consciente e em conjunto com outros métodos de ensino que não se limitem ao uso unicamente do livro. Assim, tem-se um maior entendimento da importância do livro didático, haja vista que este não está voltado

somente ao aluno, mas também ao professor, na medida em que auxilia na sua prática. Assim, Freitas e Rodrigues (2008) afirmam que:

O livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e, ao longo de tantas transformações na sociedade [...]. O meio impresso exige atenção, intenção, pausa e concentração para refletir e compreender a mensagem, diferente do que acontece com outras mídias como a televisão e o rádio, que não necessariamente obrigam o sujeito a parar. O livro, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, expressa em um projeto gráfico, tem justamente a função de chamar a atenção, provocar a intenção e promover a leitura. (FREITAS E RODRIGUES, 2008, p. 300)

É válido frisar que muitas vezes, o aluno que chega à escola sem ter tido um contato anterior com nenhum livro, necessitando de oportunidades para que possa começar a praticar a leitura e, por conseguinte, desenvolver-se como leitor. Assim, para este aluno, muitas vezes o primeiro contato com um livro ocorre com a manipulação dos livros didáticos na escola. Assim, as leituras realizadas e as demais atividades são importantes não só para a progressão do aluno e desenvolvimento das atividades curriculares, mas também podem favorecer o despertar da curiosidade e interesse deste aluno em ler outros tipos de livros.

Ainda, de acordo com Freitas e Rodrigues (2008), o processo para que os livros didáticos, bem como os dicionários, obras literárias e livros em Braille chegassem às escolas no Brasil começou em 1929 através da fundação de um órgão específico com a finalidade de legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL). Esse órgão objetivava colaborar para a legitimação do livro didático e, por conseguinte, possibilitar um aumento da sua produção. As autoras observam que no ano de 1938 as questões sobre o livro didático passaram a ser problematizadas pelo governo quando se implementou, através do Decreto-Lei nº.1.006 a CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático – que trazia a primeira política legal para tratar da produção, controle e circulação desses livros. Contudo, essa comissão tinha como principal intuito fazer o controle político-ideológico.

Com efeito, no ano de 1945 o Estado estabeleceu a legislação acerca das condições de produção, importação e aproveitamento do livro didático, que era escolhido pelo educador. Nesse intuito, o Decreto-lei 1.006 de 30 de dezembro de 1938 determinou as seguintes diretrizes: Acerca da elaboração e utilização do livro didático consta no artigo primeiro que no Brasil esta produção ou a importação é

livre. No nono artigo fica instituído, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático sendo atribuídas a esta Comissão a tarefa de examinar os livros didáticos que lhes forem apresentados e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso. O décimo segundo artigo esclarece que a autorização para uso do livro didático será requerida pelo interessado, autor ou editor, importador ou vendedor, em petição dirigida ao Ministro da Educação. Dando continuidade, ainda no Decreto-lei 1.006 em seus artigos vigésimo e vigésimo primeiro que trazem as definições dos elementos que impedem uma obra de receber autorização para uso totalizando dezesseis itens, dentre os quais: que desperte ou alimente a oposição entre a luta entre as classes sociais; que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica.

Anos mais tarde, em 1966, foi feito um acordo entre o MEC – Ministério da Educação – e a USAID – Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional –. Este acordo oportunizou a criação da COLTED – Comissão do Livro Técnico e Livro Didático – que se destinava a coordenar as ações referentes à elaboração, edição e veiculação do livro didático almejando, ainda, distribuir gratuitamente 51 milhões de livros em três anos. Contudo, em 1971 a COLTED foi extinta. Mais adiante, segundo Freitas e Rodrigues (2008, p. 302-303):

As mudanças continuaram no ano de 1983 quando, em substituição à FENAME, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorporou vários programas de assistência do governo, incluindo o PLIDEF. Houve críticas a essa centralização da política assistencialista do governo e, dentre as denúncias estavam a não distribuição dos livros didáticos nos prazos estabelecidos, a pressão política das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros.

Como se vê, para que todas as escolas tivessem o devido acesso aos livros didáticos, ocorreu a princípio, todo um processo de legislação e muito trabalho para que esse tipo de material pudesse ser veiculado em larga escala nas escolas brasileiras. Somente a partir de 1985, o PLIDEF foi substituído pelo atual PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – que tem como uma das principais diretrizes, a garantia de que a escolha dos livros deve ser feita pelos educadores e a possibilidade de reutilização dos livros didáticos.

A escolha acertada do livro tende a ser determinante para o sucesso escolar. Contudo, é válido frisar que o educador não possui o poder de interferir no que vai

constar no conteúdo dos livros, ele apenas os escolhe de acordo com a sua realidade de trabalho.

Isto posto, Faria (2002), ressalta que o livro didático não está dissociado da realidade tendo em vista que ele possui, além de outros, um objetivo a atingir: reproduzir a ideologia dominante. Nesse sentido, a ideologia dominante também não está desvinculada da realidade, uma vez que também possui um papel e o cumpre. O que acontece, segundo a autora, é que a ideologia dominante tem em consideração a produção intelectual autônoma e desconhece a base material como instância determinante. Partindo desses fatores, pode-se considerar que os livros didáticos que são, essencialmente, carregados de discursos, atendem ao interesse de transmitir a mensagem dos seus autores e editores.

Conforme argumenta Coelho (2007), considerando uma nova definição de ensino de Língua Portuguesa, o Livro Didático torna-se um instrumento de grande relevância para a realização deste processo tendo em vista que ele não é apenas um suporte usado pelos profissionais da educação para o ensino-aprendizagem; é, geralmente, o único material de que dispõem como fonte de consulta, base para as aulas, condução da prática pedagógica e, inclusive, fonte das referências linguísticas para alunos e professores.

Sendo assim, é importante que este material esteja em consonância com o que delimitam as diretrizes educacionais de modo que o aluno tenha, ao longo de sua formação, uma visão amplificada da Língua Portuguesa não se limitando ao conhecimento da gramática. Com efeito, Santos (2019), dialoga com esse pensamento ao refletir que com os avanços dos estudos linguísticos, da LDB 9.394/96 e da publicação dos PCNEM em 1999, pôde-se vislumbrar e discutir acerca de uma renovação da prática do ensino de Língua Portuguesa por meio de uma proposta de organização curricular através da qual o ensino não fosse direcionado somente para o ensino gramatical. Nesta perspectiva, os documentos oficiais que norteiam o ensino de Língua Portuguesa para o Ensino Médio sugerem uma nova concepção de ensino, voltados para saberes e habilidades gerais, envolvendo os contextos de sua aplicação, a realidade linguística cultural do aluno, o mercado de trabalho, a continuidade dos estudos e a formação cidadã.

## 2 A LÍNGUA E OS ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS

A linguagem representa uma das mais importantes formas de comunicação que a humanidade desenvolveu para atender a necessidade básica de se comunicar, transmitir suas ideias, seus conhecimentos, registrar seus feitos e identidades quer seja através do código escrito, quer seja através da oralidade com os textos orais produzidos no ato da fala. Com efeito, para Saussure (2006, p.17), a Língua não se confunde com a linguagem, haja vista que se trata:

Somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.

A Língua, para esse linguista é vista como um sistema supra individual usado como meio de comunicação entre membros de uma determinada comunidade e, por isso, a língua corresponde à parte fundamental da linguagem e o indivíduo, sozinho, não é capaz de criar nem modificar a língua.

Assim, Saussure (2006), afirma que, tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita, possuindo diferentes domínios. É ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, além disso, pertence ao domínio individual e social, não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos haja vista que não se sabe como inferir em sua unidade.

Por sua vez, Travaglia (1997) discorre acerca da concepção interacionista da língua, que, por seu lado, se contrapõe, assim, às visões conservadoras que a compreendem como um objeto autônomo e isento de uma história que inclua o sujeito que dela faz uso, e, ainda, sem interferência do social. De acordo com o autor, ao contrário das concepções anteriores, o conceito interacionista da língua situa a linguagem como um lugar de interação humana, como o lugar de constituição das relações sociais. Desta maneira, ela representa as correntes e teorias de estudo da língua associadas à linguística da enunciação (Linguística textual, Teoria do Discurso, Análise do Discurso, Análise da Conversação, Semântica Argumentativa e os demais estudos atrelados à Pragmática) os quais focalizam a reflexão em torno do sujeito da linguagem, as condições de produção do discurso, o social, as relações de sentido instituídas entre os interlocutores, a dialogia, a argumentação, a intenção, a ideologia, a historicidade da linguagem, etc.

Nesse sentido, tem-se uma ideia mais abrangente de língua que não consiste num sistema imutável de comunicação, pois possui um caráter dinâmico que se modifica ao longo dos anos e vai, portanto, se resignificando. Assim, segundo Bagno (1999), a sociolinguística é uma ciência que vem se opondo ao ensino tradicionalista no qual a nova proposta, denominada de pedagogia da variação linguística, considera as recentes conquistas das ciências da linguagem, tão como se interessam pelas dinâmicas sociais e culturais em que a língua está em pleno uso pelos sujeitos, considerando como legítimas e “corretas” todas as variantes linguísticas. Sob essa ótica, Bagno (2002, p. 23, grifos do autor) afirma que refletir sobre as variantes e variações da língua:

Significa olhar para a língua dentro da realidade histórica, cultural, social em que ela se encontra, isto é, em que se encontram os **seres humanos** que a falam e que escrevem. Significa considerar a língua como uma **atividade social**, como um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes toda vez que se põem a interagir verbalmente, seja por meio da fala, seja por meio da escrita.

A sociolinguística, portanto, é responsável por estudar a relação entre a língua e a sociedade. Surgida nos anos 60, nos Estados Unidos, a sociolinguística estuda os preceitos culturais, bem como os contextos em que a língua se manifesta observando a forma como se dá essa manifestação bem como os efeitos de seu uso.

Por essa perspectiva, Fernandes (2013), assevera que a sociolinguística se ocupa do estudo do uso real da língua no âmbito de ação social, no qual ocorre a comunicação humana. Para a autora, essa forma de analisar a língua permite com que o olhar seja direcionado para o que antes era tido como erro ou desvio; enfatizando, assim, o uso e não a norma. Além disso, segundo Monteiro (2000), a sociolinguística dialoga com outros ramos científicos a exemplo da dialetologia, a sociologia da linguagem, a etnografia da comunicação, a pragmática e a geografia linguística. Assim, a sociolinguística tem um caráter interdisciplinar, embora existam diferenças entre ela e as demais ciências com as quais se relaciona. Com isso, essa forma de ver a língua se torna uma vertente da linguística direcionada à relação língua/sociedade pela qual seus estudiosos se dedicarão a conhecer os mecanismos de manifestação da língua no uso cotidiano entre os falantes, se

aprofundando no conhecimento dos fenômenos linguageiros. Marcuschi *apud* Bagno (2002, p. 25), corrobora com esse conceito, ao afirmar que:

A língua é uma atividade de natureza sócio cognitiva, histórica e situacionalmente desenvolvida para promover a interação humana. A língua se dá e se manifesta em textos orais e escritos ordenados e estabilizados em gêneros textuais para uso em situações concretas. A língua não é transparente, mas opaca, o que permite a variabilidade de interpretação nos textos e faz da compreensão um fenômeno especial na relação entre os seres humanos.

Por seu caráter mutável, pode-se inferir que a língua, sob os aspectos acima expostos, está em contínua transformação. Ela muda constantemente e se adapta às necessidades de comunicação dos falantes que estão, a todo instante, transformando-a, pondo-a em atividade. Esse caráter dinâmico da língua é evidente no dia a dia. Uma conversa informal requer linguagem diferenciada de uma palestra. Um encontro com um amigo exige uma linguagem diferente daquela utilizada por um médico em uma consulta, por exemplo.

Willian Labov foi um dos precursores da sociolinguística variacionista. Segundo Coan e Freitag (2010), a sociolinguística proposta por esse autor é aquela que se ocupa do estudo da estrutura e evolução da língua no âmbito social da comunidade, de modo a abarcar a área denominada de Linguística Geral, que trata dos aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Conforme Hora (2003, p. 99):

Na década de sessenta, surge a Teoria da Variação ou Sociolinguística Quantitativa, desenvolvida a partir da proposta de Weinreich, Labov e Herzog (1968), com o objetivo de descrever a língua e seus determinantes sociais e linguísticos, levando em conta seu uso variável. Esse modelo teórico-metodológico discute a concepção de língua que as correntes anteriores, especificamente o estruturalismo e o gerativismo pregavam.

Desta forma, é preciso repensar o ensino de Língua Portuguesa tendo em vista a importância de o aluno conhecer as múltiplas formas de linguagem que existem, bem como a necessidade que todo falante tem de adequar linguagem às situações de interação com outros falantes. Nisto, a sociolinguística favorece um olhar mais abrangente e reflexivo acerca de aspectos como a noção de erro e desvio da norma padrão do português brasileiro, que devem ser amplamente

problematizados pelos educadores a fim de proporcionar um ensino de língua que contemple as mais diversas possibilidades e características de usos da língua que é, como fora dito, dinâmica e adaptável às necessidades comunicativas dos falantes. Alves (2016, p.17) argumenta que:

Não devemos nos esquecer de que cada grupo social possui características que lhes são peculiares, pois tais características são condicionadas por diversos fatores, como: origem, idade, escolaridade, sexo, dentre outros. Quando passamos a conhecer a variação linguística que nos permeiam, passamos a aceitar que há falares diferentes, não temos mais que classificar falares em certo ou errado, devemos ter a consciência de que o mais importante é estabelecer a comunicação e não ficarmos atrelados a certos mitos.

Assim, a comunicação é importante para a vida em sociedade e os meios usados para se comunicar são múltiplos e estão em ininterrupta evolução. A linguagem, nesse sentido, atende ao objetivo principal de comunicar, transmitir ideias e ideais e é preciso estudá-la mais detalhadamente para que se possa conhecer as suas peculiaridades e, com isso, combater os preconceitos que possam surgir, vislumbrando os fenômenos linguageiros de forma mais abrangente e entendendo-os como fenômenos que estão em incessante transformação, visto que a Língua não é um sistema estático e imutável, mas dinâmico e passível de transformações.

Em *Preconceito Linguístico*, Bagno (1999), trata da problemática que intitula seu livro ressaltando, a princípio, que o preconceito linguístico geralmente decorre de uma confusão que foi criada, no decorrer da história, entre língua e gramática normativa. Objetivando, pois, realizar um estudo acerca da distinção entre língua e gramática e, por conseguinte, desmistificar alguns pensamentos errôneos acerca da língua, o autor realizou reflexões em torno de oito mitos que, segundo ele, compõem juntos a “mitologia do preconceito linguístico”.

O primeiro mito consiste em: “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”. Na visão de Bagno (1999), este é o maior e mais preocupante dos mitos que integram a mitologia do preconceito linguístico no Brasil. O pesquisador analisa que, ao contrário da visão de unidade linguística deste mito, o que ocorre na realidade é que no Brasil, embora a língua falada por parte significativa da população seja o português, esse português apresenta um elevado grau de diversidade e de variabilidade. Bagno (1999), ressalta que essa

característica ocorre não somente em virtude da grande extensão territorial brasileira, mas especialmente pela grande injustiça social.

Ora, a partir das argumentações do autor, pode-se entender que as desigualdades sociais também são fatores que colaboram para essa diversidade linguística haja vista que muitas pessoas e, especialmente aquelas que não tiveram ou não concluíram o seu processo de escolarização, vão estar à margem do grupo dominante de falantes que utilizam a norma culta do português por conhecê-la e ter tido acesso a ela, especialmente na escola. Isso aponta, embora hoje já se tem há um novo quadro, para o fato de que, como a educação não é acessível a todas as camadas da população. BAGNO (1999, p.16), “uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta.”

No segundo mito “Brasileiro não sabe português/ só em Portugal se fala bem português” está revelado um sentimento de inferioridade que muitos brasileiros nutrem, de uma forma ou de outra, ainda na atualidade, a ideia de um Brasil colonizado ante o colonizador que é, sob esta óptica, “mais civilizado.” Contudo, não só Bagno (1999), mas também diversos linguistas sublinham que do ponto de vista linguístico, a língua falada no Brasil já possui uma gramática própria, logo, esse sistema gramatical tem suas próprias regras de funcionamento que cada vez mais se difere da gramática da língua falada em Portugal.

Dando continuidade, Bagno (1999), fala sobre o terceiro mito que talvez seja um dos mais enraizados entre muitos brasileiros que é a ideia de que “português é muito difícil”. Na análise do linguista, se há essa concepção do português no Brasil é bem provável que seja em virtude do fato de que o ensino tradicional da língua materna no país não considera o uso brasileiro do português.

Com efeito, o sociolinguista é convincente ao apresentar a fragilidade deste mito ao lembrar que a gramática normativa difere, significativamente, da linguagem falada, do uso efetivo da língua. Neste sentido, todo falante de uma língua já a possui internalizada, pois a conhece intuitivamente. Assim sendo, Bagno (1999, p. 36, grifos do autor) argumenta que:

Não é por acaso que a embalagem do CD-ROM. Nossa Língua Portuguesa oferece o produto como uma ajuda a evitar as “armadilhas” da língua. Não é a “língua” que tem armadilhas, mas sim a **gramática normativa tradicional**, que as inventa precisamente para justificar sua existência e para nos convencer de que ela é indispensável.

Como se vê, a partir dos estudos e pesquisas de Marcos Bagno, há uma forte crítica do autor com relação à forma como muitos educadores e pesquisadores da área conduziram, ao longo da história, o ensino da Língua Portuguesa no Brasil. Não se trata, neste sentido, de ignorar a importância da aprendizagem do português padrão, mas sim de um problema que desconsidera a amplitude da linguagem e, por conseguinte, as inúmeras formas de apresentação da língua no Brasil.

O quarto mito discutido pelo autor é o de que “As pessoas sem instrução falam tudo errado”. Sem dúvidas, um dos pensamentos mais preconceituosos e discriminatórios que ainda ressoa na sociedade no Brasil. Para problematizar essa questão, o autor cita como exemplo a transformação de *l* em *r* nos encontros consonantais como em: *Cráudia*, *chicrete praça*, por exemplo. Sabe-se que as pessoas que falam desta maneira são comumente ridicularizadas e estigmatizadas, sobretudo por aqueles falantes que baseados no mito da unidade linguística, não conhecem as raízes do português brasileiro e até mesmo foram ensinados que termos como esses são “errados”. Entretanto, Bagno (1999), informa que ao se fazer um estudo científico, denota-se que a linguagem destes falantes não revela traços de “atraso mental” como muitos acreditam; mas simplesmente de um fenômeno fonético que colaborou para a formação própria da língua portuguesa padrão que justamente por ser um padrão, tem caráter formal e maior ênfase na escola. Com efeito, as pessoas que utilizam esses termos em suas falas, reitera Bagno (1999, p. 39, grifo do autor):

Pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada “feia”, “pobre”, “carente”, quando na verdade é apenas **diferente** da língua ensinada na escola.

Partindo deste entendimento, pode-se notar que há uma estreita relação entre as desigualdades sociais e o preconceito linguístico. Muitos sujeitos, por terem acesso à norma padrão e, ao se depararem com as dissemelhanças de outras variantes e não entender que se tratam apenas de expressões diferentes da língua, culminam por reproduzir e propagar essa segregação que rotula os falantes de outras variantes do português como “ignorantes”. Este fato evidencia que “neste

caso, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social”. (BAGNO, 1999, p. 40).

No quinto mito se tem: “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”. Para o autor, esta ideia surgiu novamente em razão da subserviência em relação ao português de Portugal. Pelo fato do uso comum do pronome *tu* no estado, seguido das formas verbais clássicas cuja terminação é em *s*, muitos atribuem ao Maranhão este rótulo. “Porém, Bagno observa que os mesmos maranhenses que dizem: “tu vais, tu fostes”, por exemplo, também utilizam expressões como: “Esse é um bom livro para ti ler” quando a forma culta seria:” Esse é um bom livro para tu leres”. Por conseguinte, o autor reforça que não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja “intrinsecamente melhor”, “mais pura”, “mais bonita” ou “mais correta” que outra haja vista que cada uma delas atende às necessidades linguísticas das comunidades de seres humanos que a usam, o que existem, portanto, são variedades linguísticas diferentes. Ainda assim, o linguista esclarece que “[...] Temos de incentivar, é claro, o uso de uma norma culta, que sirva de padrão para as manifestações linguísticas de maior importância social”. (BAGNO, 1999, p.48).

Por sua vez, o sexto mito traz a ideia de que “O certo é falar assim porque se escreve assim”. Evidentemente, é um dos entraves à aprendizagem do português em sua amplitude, o fato de que muitas pessoas têm expressiva dificuldade em entender e saber explorar os mecanismos de produção da linguagem escrita e da linguagem falada. Bagno (1999), observa que há uma tendência ainda muito arraigada no ensino de Língua Portuguesa em querer forçar o aluno a pronunciar “do jeito que se escreve”, como se essa fosse a única forma “correta” de falar português. Todavia, o fato é que a língua escrita é formada por um conjunto de símbolos que podem ser interpretados de maneiras diferenciadas de acordo com uma série de fatores, explica o autor. Por essa razão, a escrita não é uma língua, mas uma tentativa de representação gráfica, pictórica e convencional da língua falada. Com efeito, se analisar a partir do viés histórico da evolução humana, a fala antecedeu muito o surgimento das primeiras formas de escrita.

O sétimo mito mostra que “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”. Para Bagno (1999), dificilmente alguma pessoa discordará deste pensamento. Porém também esta concepção é errônea haja vista que o que se deu ao longo da história foi uma inversão da realidade. As gramáticas foram produzidas para

descrever e estabelecer como “regras” e “padrões” as manifestações linguísticas utilizadas espontaneamente pelos autores tidos como dignos de admiração e, por isso, modelos a ser imitados. Isso mostra que é a gramática que decorre da língua e não o inverso. Porém, ao longo do tempo, por ser ela um instrumento ideológico de poder das classes dominantes sobre as demais, foi se fortalecendo essa concepção de que os falantes e escritores da língua precisam dela para escrever bem.

Por fim, é posto no oitavo mito que “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Bagno (1999), introduz sua problematização deste mito com alguns questionamentos e um deles aponta para o fato de que, se a norma culta tivesse, de fato, esse poder, os professores de Língua Portuguesa ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do Brasil. Com esta percepção, o linguista não ignora a importância da aprendizagem da norma culta que, conforme fora legitimada como tal, deve-se garantir que todos os brasileiros a conheçam proficuamente. Porém, não só ela será responsável pela ascensão pessoal de cada pessoa se esta não tiver, verdadeiramente, o acesso à educação em sua amplitude bem como à cultura, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, a uma vida digna conforme apregoa a Carta Magna. Assim, Bagno (1999), conclui sua discussão em torno dos oito mitos sobre a Língua Portuguesa no Brasil, reforçando que falar da língua é falar, também, sob um viés político e que o preconceito linguístico, neste sentido, está fortemente atrelado às desigualdades sociais, econômicas e culturais.

### 3 CONCEITUANDO O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Entende-se o termo preconceito como um ponto de vista ou sentimento criado sem exame crítico, ou seja, é um julgamento sem o devido conhecimento de alguém ou algo. Conforme consta no Michaelis (s/d) o preconceito é, justamente, um conceito ou opinião formados antes de se ter os conhecimentos necessários sobre um assunto específico. Nas sociedades, são muitas as formas de preconceito existentes: racial, econômico, sexual e linguístico. Este último, o preconceito linguístico consiste numa discriminação a partir da noção errônea no que tange ao uso da língua. Está expresso nesse pensamento que os falares diferentes da norma padrão da Língua Portuguesa são “errados” e, por conseguinte, seus falantes são discriminados socialmente. Contudo, é sabido que toda e qualquer Língua possui as suas variantes, não existindo, portanto, uma unidade linguística da língua. Bagno (1999, p.16, grifos do autor) assevera que:

A verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um **alto grau de diversidade e de variabilidade**, não só por causa da grande extensão territorial do país - que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito – mas, principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo.

Observa-se que essa diversidade linguística, característica do português falado no país. Com grande contribuição das culturas que se mesclou ao longo da sua formação, o Brasil é um país cuja língua varia significativamente de região para região. Essa diferenciação, no entanto, culmina por segregar muitos falantes que são considerados à margem da língua padrão. Bagno (1999), sublinha a evidente desigualdade social brasileira que culmina por inviabilizar o acesso de muitos à escolarização e, por conseguinte, ao estudo da norma culta do português brasileiro. Essa desigualdade está intrinsecamente relacionada ao poder aquisitivo de um grupo de falantes que teve pouco acesso à escola e faz parte da classe que se comunica através do português dito pelos puristas da língua oficial “incorreto” por se tratar da única forma de linguagem que estes falantes dominam.

Porém, é preciso compreender que a língua utilizada nos livros e dicionários não abarca todo o potencial e grandeza da linguagem que se ressignifica ao passar dos anos com a interação entre os falantes e, inclusive, com a modificação de

vocábulos, o desuso de termos e a inserção de neologismos. Novamente Bagno (2007, p. 36, grifo do autor), dialoga com esse posicionamento ao enfatizar que:

Ao contrário do que muita gente acredita, a língua não está registrada por inteiro nos dicionários, nem suas regras de funcionamento são exatamente (nem somente) aquelas que aparecem nos livros chamados *gramáticas*. É mais uma ilusão social acreditar que é possível encerrar num único livro a verdade definitiva e eterna sobre uma língua.

O autor é enfático ao deixar claro que a língua, seu estudo, seu aprofundamento, não se dá somente na análise dos livros e manuais e nem tampouco nos dicionários, pois se trata de um sistema passível de mudanças e que está atrelado ao contexto sócio histórico recebendo deste suas influências.

Em seu livro: *A Língua de Eulália: uma novela sociolinguística*, Bagno (2006), afirma que toda língua varia e suas diferenças são de vários tipos, como: diferenças fonéticas – relacionadas à pronúncia dos sons –; diferenças sintáticas – no modo de organização frasal –; diferenças lexicais – com relação aos vocábulos que existem em localidades distintas –; diferenças semânticas – que dizem respeito aos significados das palavras –; diferenças no uso da língua. Sob essa perspectiva, a análise do autor aponta para uma característica natural da língua que é, justamente, os vários tipos de diferenças que a constituem.

Desta maneira, a sociolinguística variacionista é a vertente da linguística que analisa a língua como produto social recebendo, portanto, influências da sociedade na sua construção, alteração e ressignificação; pode-se considerar que o preconceito linguístico – assim como as demais formas de preconceito – nada mais é do que uma ausência de esclarecimentos acerca dos mecanismos da linguagem, uma discriminação que se originou a partir do prestígio social que a norma padrão impôs ao longo dos anos. Com efeito, se o preconceito pode ser construído e encontrar meios para se propagar, o ensino da língua materna em sua totalidade e o respeito e compreensão da sua variabilidade também pode, nas salas de aula de Língua Portuguesa, especialmente, ser explorado garantindo às pessoas um conhecimento mais amplo da língua e da linguagem e, por conseguinte, contribuindo para a desmistificação dos mitos que juntos constituem a base do preconceito linguístico. Acerca do prestígio do português-padrão, Bortoni-Ricardo (2005, p.14) assegura que:

O prestígio associado ao português padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança colonial consolidada nos nossos cinco séculos de existência como nação. Podemos e devemos questioná-lo, desmistificá-lo e demonstrar sua relatividade e efeitos perversos na perpetuação das desigualdades sociais, mas negá-lo, não há como.

Desse modo, fruto de uma cultura fortemente arraigada, esse prestígio se propagou ao longo dos anos e ainda na contemporaneidade se faz presente. Vale frisar que a norma culta da Língua Portuguesa é legítima e precisa ser ensinada/estudada. Por se tratar de uma convenção, o português-padrão (PP) deve ser contemplado no currículo de Língua Portuguesa, no entanto, é necessário que o educador atuante nessa área atente para as variantes do português e possa estar aberto ao diálogo para que combata o preconceito linguístico que ainda é forte na sociedade brasileira. É preciso, portanto, compreender que grande parte dos falantes do português não padrão (PNP) têm essa maneira de se comunicar devido a fatores sócio culturais e políticos que condicionam determinadas regiões e espaços nos quais predominam costumes transmitidos de geração a geração através da oralidade.

Nessa perspectiva, é preciso compreender que nem todos os sujeitos têm as mesmas oportunidades na vida e, embora falem diferente da língua padrão, esses sujeitos têm sua bagagem de conhecimentos, suas percepções sobre a vida, e sua forma de se comunicarem e, de fato se comunicam com êxito nas mais diferenciadas situações comunicativas.

Por sua vez, a gramática normativa deve ser ensinada na escola visto que “Se a padronização é impositiva, não deixa de ser também necessária. Ela está na base de todo estado moderno, independentemente de regime político” (BORTONI-RICARDO 2005, p.14-15). Isso significa que, por se tratar de um padrão, a gramática não deve ser desconsiderada, porém o ensino de Língua Portuguesa deve abranger as demais variantes para que as pessoas compreendam que o português brasileiro é formado por falares diferentes e tão legítimos quanto a norma culta. Assim, aliado ao ensino da gramática, o educador precisa conscientizar seus alunos sobre a diferenciação que é normal a toda língua. Logo, não se pode distanciar-se, portanto, do ensino da gramática, porém sua priorização não impede que haja um trabalho de desconstrução do preconceito linguístico.

#### 4 O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Nenhuma língua é falada exatamente igual por seus falantes. É sempre passível de alterações e evolui com o passar dos anos, além de estar constantemente recebendo a influência da sociedade, da cultura e da linguagem de outros povos e línguas que se misturam e denotam forte miscigenação.

Por esse lado, uma mesma língua pode ter múltiplas formas de manifestação se adequando aos contextos comunicativos em que está sendo falada. Assim, Abrantes (2018) discorre acerca dessas variações pontuando: Variações diafásicas são aquelas na quais dependem do contexto comunicativo dos falantes, como por exemplo: a linguagem formal e a linguagem coloquial; variações históricas, as que podem, segundo a autora, acontecer de três maneiras: no desuso das palavras, no vocabulário pertinente a cada idade dos falantes; nos acentos gráficos ou grafemas extintos. Um exemplo de variação histórica é o desuso do “ph” em palavras como “pharmácia” que se transformou em “farmácia”; variações diatópicas, que ocorrem de acordo com o local onde vivem os usuários da língua tendo, assim, sua influência, por exemplo: a diferença dos nomes mandioca, aipim e macaxeira a depender da região do país em que se encontram, e, variações diastráticas, que se originam da convivência entre os grupos sociais, a citar, as gírias, os jargões e as expressões regionais. Assim, segundo Coelho *et al* (2015, p.14, grifo da autora):

O que une a fala das pessoas em quem pensamos é o fato de elas falarem português. Observamos também que, embora todas elas falem a mesma língua, existem algumas características que diferenciam a fala de um determinado grupo social da fala de outro grupo. Damos o nome de *variedade* à fala característica de determinado grupo.

Diante disso, o português não se restringe ao idioma falado nas universidades e escolas, entre os doutores da linguagem e educadores, mas abarca o linguajar daquele sujeito que não pôde estudar em idade adequada e que não teve as mesmas condições de se aprimorar academicamente em comparação àqueles que estão nos grandes centros destinados à educação.

Nesse processo, é por meio do usuário da língua e da sua comunicação, quer seja oral ou escrita, que a língua vai aos poucos sendo modificada, ampliada e reformulada em sua totalidade. A partir dessa ótica, entende-se que não existe só

uma forma de “falar português”, mas muitos modos de propagar essa língua. Castilho (2000, p. 12), declara que a língua como atividade social representa:

Um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado. [...] é um fenômeno funcionalmente heterogêneo, representável por meio de regras variáveis socialmente motivadas.

Destaca-se, assim, a heterogeneidade linguística que consiste, justamente, na variação linguística. Embora a Língua modelo possua um padrão a ser seguido, cada falante faz uso dela de maneira singular, compartilhando semelhanças e, principalmente, diferenças no ato da comunicação. Novos termos, oriundos de idiomas estrangeiros e de neologismos da própria língua, estão a cada dia surgindo e ampliando o léxico do português brasileiro que por essência se diferencia do português falado em Portugal.

A sala de aula é o espaço onde o educador pode dar oportunidade de desconstruir práticas sociais prejudiciais ao bem comum, à empatia e a equidade. O preconceito linguístico pode ser evitado a partir de um ensino de língua materna que contemple um estudo o mais abrangente possível da linguagem que circula nos mais diferentes espaços e meios de comunicação. Bagno (1999), aponta que é preciso ensinar que todo falante nativo de um determinado idioma já sabe esse idioma. Isso significa compreender intuitivamente e empregar naturalmente suas regras essenciais de funcionamento. Segundo orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM (1998, p. 30):

A aula deve ser o espaço privilegiado de desenvolvimento de capacidade intelectual e linguística dos alunos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento de sua competência discursiva. Isso significa aprender a manipular textos escritos variados e adequar o registro oral às situações interlocutivas, o que, em certas circunstâncias, implica usar padrões mais próximos da escrita.

Conforme este documento, não se trata de privilegiar o ensino de uma variante em detrimento de outra, mas de permitir aos alunos um amplo conhecimento destas de modo que eles estejam aptos a usarem tanto a norma padrão, quanto às variantes dela nas situações que lhes forem necessárias. Assim,

situações mais formais de uso da linguagem, exigem o uso da norma, enquanto que as situações mais corriqueiras e informais permitem uma linguagem menos formal.

De acordo com os parâmetros da Base Comum Nacional Curricular – BNCC (2016), para o ensino de Língua Portuguesa, a linguagem é comunicação, tendo em vista que as pessoas quando participam de um ato comunicativo o fazem através da linguagem, portanto, é por meio dela que nós construímos como sujeitos sociais. Sob esta ótica, a linguagem é compreendida como um sistema semiótico que engloba vários sentidos a exemplo dos valores sensitivos, pragmáticos, culturais, morais e éticos constitutivos das sociedades. Por isso, “As práticas de linguagem são produtos culturais [...] é relevante que compreendam que as linguagens estão em constante processo de mutação e que todos participam desse processo direta ou indiretamente.” (BNCC, 2016, p. 60). Este entendimento estabelece, portanto, uma relação entre as vivências sociais e os atos comunicativos.

Assim, Beiersdorff (2018) enfatiza que a BNCC aborda temas contemporâneos, pertinentes e polêmicos a exemplo do preconceito linguístico e as variedades da língua falada. Justamente, o eixo da oralidade é uma inovação no âmbito de Letras e, sobretudo, na área de Linguagens que até então, segundo o autor, valorizava mais a escrita, e os textos verbais. Ainda, traz atividades bem familiares aos alunos como a utilização de dicionários, que para a Língua Portuguesa é muito relevante.

A partir do exposto, pode-se observar que aspectos como a oralidade recebem ênfase na BNCC e essa competência, de fato, é muito importante não só para a aprendizagem da Língua Portuguesa, como também para todo o processo educacional dos sujeitos tendo em vista ser uma habilidade primordial para a comunicação.

Görski e Coelho (2009) reiteram que as características linguísticas da fala de indivíduos de classes sociais menos valorizadas e de pessoas menos escolarizadas tendem a ser estigmatizadas por aqueles falantes que dominam a linguagem denominada de “cultura”. Isso acontece pelo fato de que a maioria das pessoas desconhece esse caráter mutável da língua tendo-a como um sistema unificado. É importante, portanto, assegurar que esses grupos tenham seus direitos efetivados para que possam ter acesso à educação de qualidade e, inclusive, que sejam respeitados quanto à sua forma de falar ou se expressar. Contudo, para desconstruir o preconceito linguístico em que, por vezes, hostilizam essas pessoas, é preciso

viabilizar um ensino de Língua Portuguesa renovado, que possibilite o conhecimento de outras variantes que constituem o português brasileiro.

## 5 A COLEÇÃO “PORTUGUÊS: LINGUAGENS” E A SOCIOLINGUÍSTICA

Apresenta-se, nesta seção, a análise das atividades, propostas aos professores e aos alunos, que trazem aspectos sociolinguísticos, presentes na coleção **Português: linguagens** (CEREJA e MAGALHÃES, 2015).

Os livros desta coleção estão estruturados em quatro unidades, sendo que cada uma é formada por quatro capítulos. Em cada capítulo, há uma competência linguística a ser explorada pelo professor. Ao término de cada unidade, os autores inseriram um capítulo denominado: intervalo. Este tem a função de retomar os conteúdos vistos na unidade, a partir de exercícios sugeridos nos capítulos passados. Nesta última seção, portanto, é aperfeiçoado algum gênero já estudado ou um novo gênero ainda não visto.

Observa-se que nas principais seções dos livros, são feitas as divisões: *Estudo do texto; Produção de texto; Para escrever com expressividade; A língua em foco; De olho na escrita e Divirta-se*. A coleção privilegia os gêneros da escrita, o que aponta, com isso, a necessidade de se expandir o debate sobre o desenvolvimento da competência oral.

Segundo Barros e Rosa (2013), os professores conhecem a concepção enunciativa de gêneros e a relevância do oral e do escrito na formação do aluno, porém, na prática, a maioria enfatiza o estudo dos gêneros escritos como componentes do currículo de Língua Portuguesa. Os autores analisam que o livro didático é a fonte de estudos mais apreciada pela maior parte dos educadores na didática dos gêneros orais, fato que limita as oportunidades de transposições didáticas com alguns gêneros orais a partir da organização de modelos didáticos do gênero.

Isto posto, a análise aqui feita considera os aspectos sociolinguísticos das atividades constituintes dos quatro livros da coleção atentando para a forma como o preconceito e a variação linguística podem estar presentes nestas atividades. Assim, no livro indicado para o 6º ano, na Unidade 1 observa-se, nas páginas 24 e 25, que os autores introduzem o conceito de língua tomando como ponto de partida uma tira de Quino exposta na página 22.

**Figura 1 – Construindo o conceito**



(Quino. *Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. v. 2, p. 3.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Percebe-se, nesta introdução, que os autores iniciam o texto explicando que a comunicação pode se estabelecer ou não através de diferentes tipos de linguagem: verbal, não verbal ou mista conforme exemplificado na charge acima exposta. A partir deste aspecto, os autores vão estabelecendo uma relação entre o conceito de língua e os conhecimentos sociais denotando, em seus discursos, uma priorização pelo conceito de língua sob um viés sociolinguístico, meandros da sociolinguística variacionista.

Desta maneira, no decorrer do texto, é mencionada a característica natural da variação linguística e os autores vão esmiuçando o conceito a partir da tira em que a personagem Mafalda, criada pelo cartunista Quino, tenta estabelecer comunicação verbal com uma mulher utilizando-se, para isso, de vocábulos do idioma japonês e, inclusive, por meio da linguagem não verbal representada pelo gesto de puxar os olhos, na tentativa de se assemelhar aos traços faciais característicos dos orientais.

Acerca da variação linguística, Bagno (2006) argumenta que toda língua, além de variar geograficamente, no espaço, também sofre alterações com o tempo. A língua falada hoje no Brasil difere da que era falada no país no início da colonização e também é diferente da língua que será falada aqui mesmo no decorrer de trezentos ou quatrocentos anos. O autor sublinha, ainda, que é por essa razão que os linguistas sustentam que toda língua muda e varia. Logo, muda com o tempo e varia no espaço. Bagno (2006) expõe, inclusive, que estes fenômenos recebem dois nomes tendo em vista que a mudança ao longo do tempo se chama mudança diacrônica e a variação geográfica se chama, variação diatópica. Considerando estes fatos, segundo reitera o linguista, não existe a língua portuguesa, mas um pequeno número de variedades do português.

Subsequentemente, na página 25, os autores reforçam os aspectos históricos da língua portuguesa no Brasil informando ter sido trazida pelos colonizadores portugueses e sublinhando, ainda, que outros países também colonizados por Portugal herdaram o idioma português tendo-o como oficial em seus países.

Nesta mesma página do livro, é apresentado um anúncio publicitário de uma empresa atuante no setor de construção civil. No anúncio a mensagem foge das convenções da escrita normativa por apresentar o enunciado de forma irreverente: de baixo para cima. Os criadores do anúncio optaram por este recurso para fazer uma comparação ao ofício da construção civil, sugerindo a construção de um edifício. É possível que Cereja e Magalhães (2015), tenham optado por esse anúncio para problematizar que a compreensão dos inúmeros gêneros textuais que circulam na sociedade não depende, unicamente, do domínio lexical do leitor. Embora o vocabulário seja importante, é indispensável também compreender as intenções comunicativas sobre as quais se orientam os diversos textos, analisando os objetivos do locutor.

Isto posto, os autores arrematam destacando um conceito de língua como um fenômeno social que resulta, portanto, da interação verbal entre interlocutores. Em vista disso, a abordagem do conceito a partir do viés sociológico aponta para um ensino de Língua Portuguesa comprometido com a dialogicidade inerente a esta, evidenciando e explorando os aspectos sociais que dela fazem parte e são, inclusive, indissociáveis.

Por fim, o texto traz a definição de código linguístico avultando, para tanto, que existem diversos e distintos códigos. Nesse sentido, os códigos verbais são as línguas e os códigos não verbais consistem em: código de trânsito, código musical, o braille, dentre outros. Ao fazer essa diferenciação, os autores novamente expõem o caráter abrangente da linguagem, a qual não se limita ao texto escrito, mas pode ser expressa também por meio de símbolos e gestos, no *código* não verbal.

Mais adiante, página 28, seção *denominada semântica e discurso*, vêem-se duas propostas de atividades. A primeira delas está orientada a partir da leitura e da interpretação de uma tira de Nik, abaixo exposta:

**Figura 2 - Semântica e discurso**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

As duas questões de interpretação da tira acima, exigem do aluno que considere, em sua análise, tanto o código verbal, quanto o código não verbal, aspectos já problematizados na introdução do conceito de língua e linguagem já debatidos neste trabalho. Com efeito, a tira traz dois personagens que estabelecem uma conversa mesclando o discurso verbal e o discurso presente na simbologia das placas de trânsito. Como é característico do gênero, há a presença do humor na tira que, neste caso, resulta da associação “equivocada” do personagem no último quadrinho com relação à placa de trânsito: proibido estacionar.

É notório que há, nesta tira, um efeito ambíguo, pois se antes os personagens estavam em movimento e em todos os locais é apontado o que é proibido para um destes personagens, o personagem que espirra para e então lhe é mostrada a placa, o que pode indicar que ele não pode parar / estacionar para espirrar ali.

É válido enfatizar que, para que compreendam a mensagem da tira, é preciso que os alunos tenham um conhecimento extralinguístico, pois se os mesmos não entenderem o significado das placas, a sua interpretação do sentido do texto poderá ser comprometida. O conhecimento extralinguístico, portanto, vai além do saber que o aluno apreende na escola, no decorrer da sua formação acadêmica e, nesse caso, da sua aprendizagem do português brasileiro, é um saber adquirido no contexto das relações sociais e culturais vividas para além da instituição escolar e que, ao longo da vida, se somam aos seus conhecimentos de mundo. Esse tipo de saber requer também curiosidade e leitura de mundo que o aluno adquire quando se permite conhecer novas ideias, conceitos e temas não se limitando apenas aos momentos

de aprendizagem que ocorrem na escola. Dando continuidade, na mesma página, a segunda atividade parte do anúncio a seguir:

**Figura 3- Semântica e Discurso**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Nota-se que, Cereja e Magalhães (2015) novamente fazem uso do gênero anúncio publicitário para explorar aspectos semânticos e discursivos. Neste anúncio, também há a junção das linguagens visual e verbal e, igualmente feito na atividade anterior, há a presença de placas de sinalização, regulamentação e informativas que compõem a linguagem da sinalização de trânsito dispostas em uma árvore e não em um poste específico para elas.

Com efeito, em se tratando do aspecto acima mencionado, é possível que os autores estejam chamando a atenção do leitor para o fato de que a linguagem específica do trânsito possui especificidades explícitas nas placas, como por exemplo: permissões, proibições, obrigatoriedades, etc. Logo, o mais importante é que os condutores conheçam essas especificidades em conjunto, razão pela qual estão todas em uma árvore e, inclusive, as placas de regulamentação para idosos, cadeirantes, etc.

Desta maneira, os alunos são convidados a descreverem tanto a parte visual quanto a parte escrita estabelecendo um paralelo entre ambas. Neste exercício, são fixados os conceitos já trabalhados de tipos de linguagem e aprimorados os conhecimentos de interpretação textual dos alunos levando-os a uma leitura não somente do discurso verbal veiculado no anúncio, mas também da simbologia presente neste, de modo que não há uma preocupação somente com a linguagem escrito-visual.

Nesta perspectiva, Bagno (1999), afirma que a língua escrita é totalmente artificial, razão pela qual se exige, para seu entendimento, treinamento, memorização, exercício e obedece, inclusive, às normas fixas, de tendência conservadora, além de ser muito mais pobre do que a língua falada no que se refere à recursos de expressão.

No capítulo dois do mesmo manual, na página 39, que dá início à seção intitulada: “A língua em foco”, é introduzido o conteúdo das variedades linguísticas a partir da definição do fenômeno. Antes de ser problematizado o tema, os autores optam pela análise de mais uma tira, de autoria de Fernando Gonsales, abaixo ilustrada:

**Figura 4- As variedades linguísticas**



Esta atividade tem início com o questionamento da forma como se constrói “o humor da tira.” Sabe-se, conforme já fora mencionado, que este gênero textual tem como uma das principais características, o uso do humor na construção dos sentidos dos discursos veiculados. Contudo, analisando a mensagem na tira que reflete alguns termos usados por falantes de uma variante do português não padrão e, por conseguinte, discriminada por muitos, a associação do humor a esta forma de expressão linguística corrobora e favorece o preconceito linguístico. O autor da tira, quando associa o riso à termos como: *bicicreta* e *cardeneta*, por exemplo, está

legitimando o preconceito ao incutir no leitor a ideia de que estas palavras são “engraçadas”.

Além disso, questionamentos como o feito na letra a da primeira questão: “Que palavras causam *estranhamento* à mulher?” revelam uma postura comum não somente a muitos profissionais da área de ensino da língua portuguesa, mas de muitas pessoas que veem com estranheza outras formas de expressão do português brasileiro por não conhecerem de forma aprofundada os mecanismos sociolinguísticos inerentes à língua.

Dando continuidade, na segunda questão é lembrado que para que o aluno entenda, efetivamente, a tira, ele precisa compreender de que maneira os papagaios aprendem a falar. É sabido, desta maneira, que nem todas as aves desta espécie adquirem a fala, mas as que aprendem a falar estão, na verdade, reproduzindo o que ouvem dos humanos com os quais convivem. Ora, sabendo deste fato, pode-se inferir que as palavras verbalizadas pelo papagaio foram apreendidas do seu antigo dono, o comerciante que vendeu a ave para a mulher. Esta informação é confirmada no último quadrinho, quando a mulher leva o animal para devolvê-lo e é interrogada pelo homem da seguinte maneira: “*Argumprobrema?*”.

Por conseguinte, depreende-se que a ave aprendeu a falar da maneira exposta a ela, pelo fato de o seu antigo dono falar de uma forma divergente do português padrão (PP), o português não padrão (PNP). Somente na quarta questão, página 40, os autores vão contemplar a temática do preconceito que os falantes de variantes de menos prestígio social podem sofrer. Entretanto, a maneira como a temática foi abordada nas questões anteriores evidencia que o exercício traz uma discussão superficial para a problematização do preconceito linguístico.

Bagno (2006), percebe que quando os falantes escolarizados de uma variedade urbana culta riem (ou demonstram ter pena) de alguém que diz, por exemplo, *prantáno* lugar de *plantar*, está aproveitando estas diferenças de pronúncia para mostrar que não pertence àquela classe social, àquela comunidade “atrasada” e que não faz parte deste grupo considerado por muitos como desprestigiado. O autor analisa que este pensamento atribui ao sujeito um posicionamento de superioridade revelando a distância social, econômica e cultural que existe entre ele e aquele falante de não padrão e é justamente daí que se origina o preconceito linguístico.

Dando continuidade à discussão em torno da variação linguística, da página 40 até a página 44, Cereja e Magalhães (2015), exploram os aspectos em torno deste fenômeno de forma mais aprofundada. Na página 40, eles esclarecem a intencionalidade do autor da tira estudada na página anterior avultando os aspectos sociais, culturais e econômicos que acarretam nas dissemelhanças naturais que cada língua, inclusive a portuguesa, possui. São citadas informações acerca da quantidade de línguas existentes no mundo mencionando, inclusive, que metade destas irá desaparecer até o ano de 2050.

Além destes dados, Cereja e Magalhães (2015), trazem aspectos em torno da norma padrão que é, por convenção, a variante de prestígio além de aspectos em torno da relação entre variação linguística e preconceito social. Na página 41, os autores retomam a atividade solicitada a partir da interpretação da tira de Gonsales apontando duas possíveis causas que motivaram a mulher a devolver a ave: a primeira, uma não identificação da mulher com a variedade linguística falada pelo papagaio e a segunda, para evitar que ela e a família fossem vistos como “o modelo para aquele modo de falar do papagaio.” Percebe-se que, nesta parte do conteúdo, os autores contemplam a temática do preconceito linguístico. Ambas as hipóteses levantadas para a devolução da ave revelam uma percepção comum a muitos brasileiros, dentro e fora das instituições acadêmicas que é a ignorância frente à variação em sua amplitude, especialmente pela noção equivocada de “erro” que, no âmbito da sociolinguística variacionista, é visto de outra maneira, a partir do entendimento de que o erro se trata, na verdade, de um desvio de norma culta. O entendimento disto justifica a forma como muitas pessoas se expressam, pois os mesmos não tiveram o acesso à norma culta da língua e, por esta razão, “a língua delas não tem problema nenhum: é coerente, segue as tendências naturais do português e tem uma lógica histórica.” (BAGNO, 2006, p.47). Seguindo, ainda na página 41, há ainda outra tira de autoria do cartunista brasileiro Adão Iturrusgarai:

**Figura 5- Falar bem é falar adequadamente**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Acima da tira, a frase “falar bem é falar adequadamente” estabelece uma ligação com a cena retratada pelo cartunista tendo em vista que, assim como é preciso ter coerência quanto ao uso da roupa apropriada para cada ocasião, também é necessário que os falantes aprendam a discernir e usar a linguagem formal e informal nos contextos comunicativos adequados. Ora, por conseguinte, entende-se que “a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta.” (BAGNO, 1999, p.123).

Com efeito, na página seguinte os autores introduzem duas questões de interpretação da tira. A primeira questão convida o aluno a refletir sobre a roupa usada pelo menino, atentando para a diferenciação entre roupa formal e informal. A segunda questão, por sua vez, solicita ao aluno uma explicação acerca do humor na tira, buscando saber se o aluno conseguiu perceber o que gera o riso.

Feito isto, Cereja e Magalhães (2015), retoma o fenômeno da variação linguística trazendo explicações acerca das variedades linguísticas mais formais e informais elucidando que todo falante, ao ser inserido no âmbito escolar, já carrega consigo um conhecimento de determinada variante e no processo de escolarização vai se apropriando da variedade culta que é, por convenção, a variante padrão de ensino.

Esta discussão é interessante para reforçar que o contexto comunicativo é determinante para a escolha da variante a ser usada. Nessa perspectiva, situações

informais como uma conversa entre amigos, um bate-papo em uma rede social, uma reunião familiar, permitem o uso de uma linguagem menos formal. Por sua vez, situações mais formais, como a escrita de um texto acadêmico, uma palestra, a apresentação de um seminário, demandam o uso de uma linguagem mais formal e atenta às normas da variante de maior prestígio social do português brasileiro.

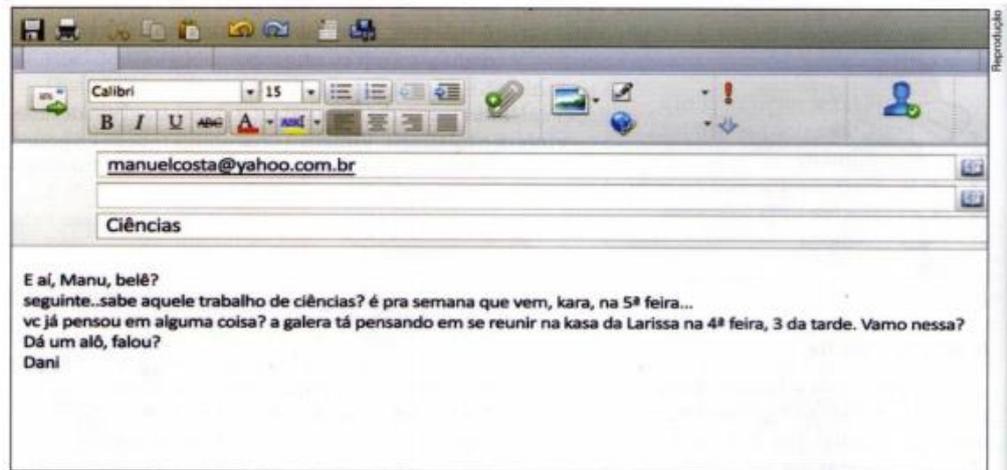
Isto posto, esta discussão é pertinente para problematizar a existência de outros modos de falar português e sublinhar, inclusive, a importância de combater o preconceito linguístico, pois desmistifica o chamado mito da unidade linguística tão discutido por Bagno.

Ainda na página 42, os autores exploram aspectos que ocasionam a variação linguística como as diferenças de lugar ou região, som e vocabulário e até mesmo de construções frasais. Na página 43, Cereja e Magalhães (2015), aprofundam esse debate discorrendo acerca das diferenças de escolaridade e classe social, diferenças históricas e de oralidade e escrita.

Percebe-se que todos esses aspectos são bem elucidados pelos autores e proporcionam uma visão mais abrangente da língua. Esse estudo, mais profícuo e contextualizado, permite aos alunos compreender os motivos pelos quais muitos falantes se expressam de forma diferente daquela que é vista nas escolas. É através de um entendimento mais abrangente do que constitui uma determinada língua que os alunos podem compreendê-la melhor e assumir uma postura mais ética e respeitosa ante aqueles falantes que, por razões diversas, não tiveram as mesmas oportunidades de aprendizagem do português padrão, mas que se comunicam e têm a sua bagagem de conhecimentos.

Dando continuidade, na página 43 os autores complementam o assunto acerca das linguagens formal e informal no tópico: “Formalidade e informalidade: graus de monitoramento”. Neste texto, Cereja e Magalhães (2015), exemplificam os graus de informalidade através do gênero *e-mail*:

**Figura 6 – Questões de formalidade e informalidade**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Como se vê, no exemplo do texto do *e-mail* acima, é possível trabalhar a questão da informalidade da linguagem usada pelos interlocutores que, pelo que se vê no conteúdo da mensagem, mostram ter um vínculo de amizade e, por isso, utilizam-se de uma linguagem coloquial com palavras reduzidas, gírias e emprego de grafia própria dos textos veiculados na *internet*. De um modo geral, a linguagem usada no ciberespaço é carregada de informalidade e termos abreviados, justamente para atender às necessidades de comunicação neste espaço que requer praticidade e rapidez na comunicação. Porém, em algumas situações, o usuário precisará recorrer a uma linguagem formal, mesmo usando-se de um gênero como o *e-mail*, por estar se comunicando em situações formais ainda que através da *internet*. Trata-se, portanto, de aprender a usar a linguagem adequada para cada contexto e momento.

Bagno (1999), esclarece que em termos de língua, tudo vale alguma coisa, mas esse valor vai depender de uma série de fatores. Segundo o linguista, o uso da língua quer seja na modalidade escrita, quer seja na modalidade oral, exige que o falante encontre o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da adequabilidade e o da aceitabilidade.

Na página 47, os autores exploram a variação diatópica que, conforme já fora esclarecido, caracteriza-se pelas diferenças de linguagem relacionadas ao espaço físico (geográfico) dos falantes. Para tanto, Cereja e Magalhães (2015), ilustram este aspecto através das diferenças fonéticas, lexicais e até mesmo de construção das

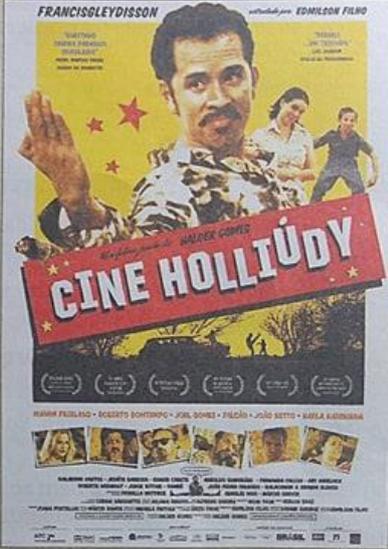
frases por falantes distintos do português brasileiro em diferentes lugares do país, conforme exposto abaixo:

**Figura 7 – Lista de palavras comuns no vocabulário popular pernambucano e cearense**

**Salve o pernambucquês e o cearençês!**

Conheça algumas das palavras e expressões usadas em Pernambuco e em outras cidades do Nordeste:

**aperreio:** preocupação, angústia  
**arenga:** pequena briga  
**bicado:** embriagado  
**bufento:** desbotado  
**danou-se:** expressão usada por alguém para indicar espanto ou anunciar que vai embora  
**fuleiro** ou **peba:** fraco, sem valor, sem qualidade  
**liso:** pobre ou em dificuldades financeiras  
**mangar:** rir de alguém ou de algo  
**mói:** grande quantidade  
**munganga:** careta  
**oxe:** expressão usada para indicar espanto  
**pantim:** vergonha ou frescura  
**rabissaca:** gesto de desdém, de dar as costas  
**renca:** grupo de pessoas  
**virado na catita:** alguém rápido  
**xexero:** caloteiro, que não paga as contas



Cartaz do filme *Cine Holliúdy*, de Halder Gomes, o primeiro filme brasileiro falado em cearençês, com legendas em português.

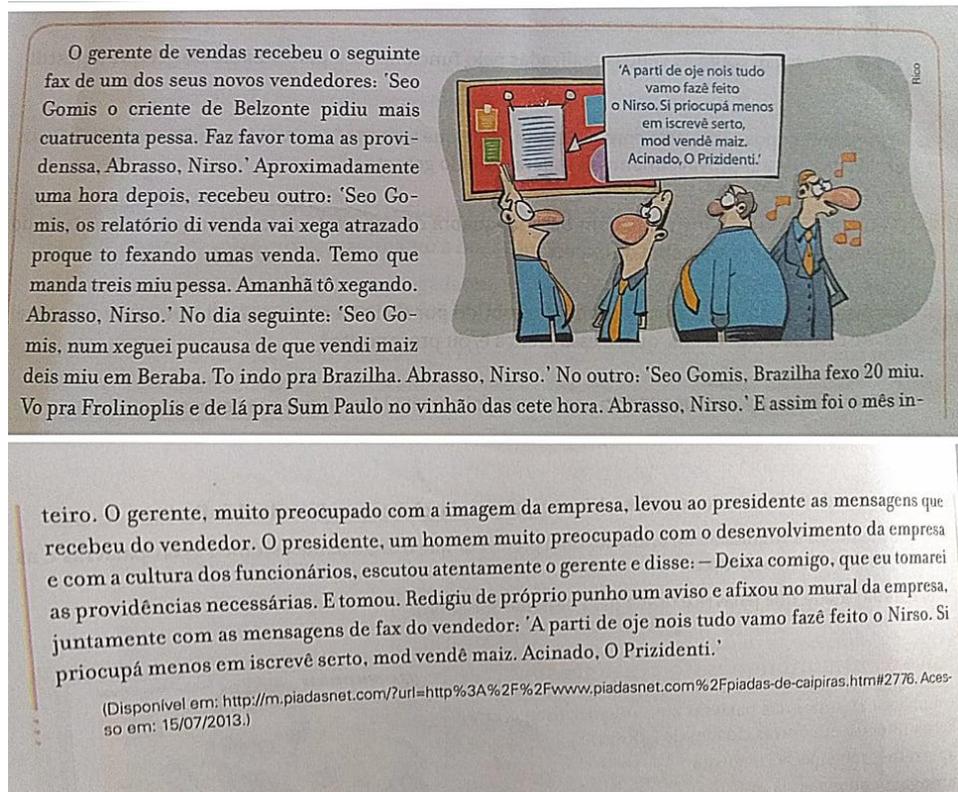
Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

As expressões descritas no texto representam, sobretudo, um legado da cultura de um povo através das palavras por ele usadas para se comunicarem. No Brasil, cuja sociedade é diversificada, oriunda da miscigenação de diferentes povos, percebe-se essa distinção entre falares das regiões do país, sendo um elemento bem peculiar da formação identitária desses sujeitos.

Bagno (2006), reitera que a “unidade linguística no Brasil” é um mito haja vista que no país, além das línguas indígenas e das línguas trazidas pelos imigrantes, é notório que se fala diferentes variedades da língua portuguesa, as quais possuem características próprias e apresentam dissemelhanças em seu *status* social, porém todas possuem uma lógica linguística facilmente demonstrável.

Continuando nas páginas 47 e 48, na seção intitulada: “As variedades linguísticas na construção do texto” é sugerida a leitura da seguinte anedota:

**Figura 8 – As variedades linguísticas na construção do texto**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Após a leitura da anedota expressa no excerto acima, tem-se a atividade de interpretação a partir do texto. As questões da atividade exigem do aluno uma atenção para a situação comunicativa e para o tipo de linguagem empregada na anedota. Como se vê, trata-se de termos usados por falantes de uma variante não padrão do português brasileiro. Percebe-se, no conteúdo da anedota, que se trata de um diálogo estabelecido por meio de um fax entre um gerente e um vendedor e, ainda, entre o presidente de uma empresa.

Espera-se, que os alunos entendam que a linguagem usada pelo vendedor é inapropriada para a situação comunicativa por se tratar de diálogos formais entre profissionais, exigindo assim, mais atenção às normas gramaticais.

Nota-se, ainda, que há uma associação entre o modo de falar “errado” e o riso, atribuindo um tom humorístico a esse tipo de linguagem. Isso revela que o autor da piada quis explorar na mensagem veiculada a percepção e comportamento comum a muitas pessoas de associar o riso a este tipo de variante. Na sexta e última questão do exercício, localizada na página 48, os alunos são questionados se o procedimento do presidente da empresa foi correto, tendo em vista que ele adotou

o mesmo tipo de linguagem do vendedor a fim de agradá-lo para obter mais lucros nos negócios, quebrando assim, a expectativa que a maioria dos leitores teria.

Assim, o exercício reforça o conteúdo até então apreciado sobre os usos da linguagem, enfatizando neste exercício a importância da adequação linguística e, inclusive, estabelecendo uma relação entre o prestígio da norma padrão e a credibilidade e imagem das empresas e, fundamentalmente, dos profissionais nas sociedades letradas.

Todavia, Bagno (1999), assegura que o domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa cujos direitos de cidadão não sejam reconhecidos em sua totalidade. Desta maneira, o autor endossa que enquanto a estrutura social do país for marcada por desigualdades sociais profundas, toda tentativa de possibilitar a “ascensão” social dos indivíduos marginalizados é, para ele, hipócrita e cínica.

Na página 49 do exemplar destinado ao sexto ano, na seção denominada: de “Semântica e discurso” tem-se a seguinte notícia:

### Figura 9 – Semântica e discurso

**Futebolista Marquinhos admite possibilidade de representar seleção portuguesa**

Lisboa, 02 out (Lusa) – O futebolista brasileiro Marquinhos, autor de um dos golos da vitória por 3-0 do Paris Saint-Germain frente ao Benfica, na segunda jornada do grupo C da Liga dos Campeões, colocou hoje a hipótese de representar a seleção portuguesa.

“Tenho nacionalidade portuguesa, tenho dupla nacionalidade, brasileira e portuguesa. Tudo tem de ser estudado, de ser analisado com o meu empresário e com a família. Se o convite [para seleção portuguesa] vier, por que não? Vou ficar muito honrado e feliz”, respondeu à SportTV quando questionado sobre a possibilidade de vir a naturalizar-se.

Marquinhos confessou ainda que teve vergonha de pedir a camisola a um dos seus ídolos, o benfiquista Luísão, e destacou a dificuldade da vitória do PSG sobre o Benfica.

“A vitória pareceu ser fácil, mas não foi. Dentro de campo tivemos de nos impor, de lutar. Só nós sabemos o que lutámos dentro de campo”, garantiu.

O Benfica foi hoje derrotado por 3-0 pelo PSG, no Parque dos Príncipes, em Paris, em jogo da segunda jornada do Grupo C da Liga dos Campeões.

AMG // NF

(Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=685024&tm=44&layout=158&visual=49>, Acesso em: 2/9/2013.)



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Na atividade é feita uma reflexão sobre o significado da palavra “camisola” em Portugal e no Brasil com o intuito de que o aluno entenda que os significados dos vocábulos podem ser diferentes de uma localidade para outra, embora a estrutura das palavras tenha aspectos parecidos como a palavra exemplificada no exercício.

A referida atividade também menciona o novo acordo ortográfico que foi assinado por todos os países falantes do português, inclusive o Brasil. No exercício é feito um questionamento sobre a significação das palavras, aspecto que não foi contemplado no acordo tendo em vista que as mudanças realizadas priorizaram a acentuação visando, especialmente, alcançar uma grafia comum aos países usuários do idioma com o objetivo de facilitar o intercâmbio e entendimento entre os falantes.

Os alunos são motivados a conversarem com seus familiares próximos sobre gírias que eram usadas na época em que estes eram crianças e adolescentes para partilharem em sala de aula com os demais colegas. Essa troca revela uma intencionalidade dos autores em reforçar a aprendizagem quanto ao caráter mutável da língua, sua ressignificação e relação com os aspectos históricos e culturais dos falantes.

No término da atividade, Cereja e Magalhães (2015) listam algumas palavras do português brasileiro e como são escritas essas mesmas palavras em Portugal conforme pode ser visto na figura abaixo:

**Figura 10 – Palavras usadas no Brasil e suas correspondentes em Portugal**

<b>Brasil</b>	<b>Portugal</b>
ônibus	autocarro
abridor de garrafas	tira-cápsula
aeromoça	hospedeira
café da manhã	pequeno almoço
chiclete	pastilha elástica

Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Este é um exercício importante até mesmo para fomentar a curiosidade e desejo do aluno em conhecer e pesquisar novos vocábulos a fim de consolidar o

aprendizado do assunto. Além disso, esse estudo facilita o entendimento de que “o brasileiro sabe o *seu* português, o português *do Brasil*, que é a língua materna de todos os que nascem e vivem aqui, enquanto os portugueses sabem o português *deles*.” (BAGNO, 1999, p. 30, grifos do autor).”

No livro didático produzido para o sétimo ano, consta na página 162, no segundo capítulo da terceira unidade, a seção: “Produção de texto” que introduz o estudo: “Argumentação oral: a discussão em grupo”. Desta maneira, os autores informam que a partir deste capítulo, os alunos desenvolverão inúmeras atividades atreladas à produção de textos orais com ênfase aos gêneros orais públicos, tanto aqueles usados na escola, quanto aqueles usados para além da instituição escolar. Assim, os autores elencam para exploração nesta seção: o seminário, a entrevista, o debate regrado, o debate deliberativo e a discussão em grupo.

Neste espaço, é enfatizado que em algumas situações de utilização dos textos orais, a língua é mais espontânea, não sendo necessário seguir normas. Com isso, os autores dão espaço para o início de uma discussão sobre as diferenças em torno da produção de textos orais e de textos escritos, aspectos que remetem ao assunto da variação linguística, denotando o fato de a linguagem apresentar diferenças inclusive entre o código escrito e a oralidade.

Bagno (1999), em suas reflexões sobre a língua, utiliza-se de uma metáfora ao considerar que a língua escrita é como uma flor de plástico, artificial e que, independente do clima, se mantém a mesma, fazendo com que a natureza precise de séculos para decompô-la e reciclá-la. Por outro lado, a língua falada seria como uma flor natural: nasce, cresce, sofre as transformações advindas do passar do tempo, está sujeita ao ataque de outros elementos naturais e, assim como todo ser vivo, está em constante e ininterrupto processo de evolução. Com esta analogia, o linguista enfatiza o caráter dinâmico da língua falada, que está em constante modificação e é influenciada, inclusive, pelo contexto histórico em que se situam os falantes.

Analisando o livro destinado ao oitavo ano, na página 31, especificamente primeiro capítulo da unidade I, consta um exercício a partir da seguinte tira de autoria de Ziraldo:

**Figura 11 – Exercício de fixação**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

A sexta questão requer que os alunos identifiquem o tipo de sujeito presente nas formas verbais da tira. A sétima questão, também explora as orações e seus respectivos sujeitos e a oitava e última questão solicita ao aluno que atente para o uso da linguagem coloquial na tira como, por exemplo: “Cê viu o Jason”? frase presente no primeiro quadrinho. A partir disso, os alunos deveriam reescrever as frases alterando o tipo de linguagem empregado, transformando-a na norma padrão formal.

Apesar desta questão, o estudo da distinção entre linguagem coloquial e linguagem formal é muito superficial neste exercício, não permitindo uma análise mais profunda do tema. De uma forma ou de outra, é preciso entender a importância de também explorar mais proficuamente os aspectos sobre a língua falada, mais espontânea e coloquial haja vista que “a língua que sai pela boca, é muito mais rápida, ágil e esperta do que a língua escrita, a língua que sai pela mão.” (BAGNO, 2006, p. 81).

No livro destinado às turmas de nono ano, na unidade I do primeiro capítulo, encontra-se na página 17 uma seção denominada: “Para escrever com expressividade”. Nesta página, consta o seguinte fragmento de uma reportagem:

**Figura 12 - Reportagem: Teclar demais no celular pode causar “WhatsAppinite”**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Depois de realizada a leitura do trecho dessa reportagem, a atividade se direciona a verificação dos aspectos relacionados aos discursos que constituem os textos jornalísticos. Assim, são explorados aspectos como as vozes do texto e o uso do discurso direto e indireto pelo autor da reportagem.

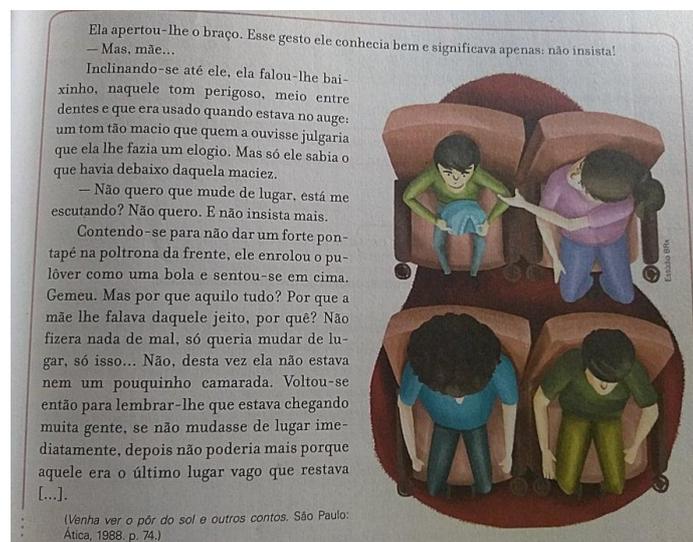
No final da página, a sétima questão introduz a ideia de que “todo discurso é produzido numa situação específica e envolve assuntos como: quem está falando, com quem, com que finalidade, em que lugar, em que momento, etc.” Cereja e Magalhães (2015), partem deste entendimento para uma reflexão e exploração, ainda que breve, sobre os mecanismos do discurso e, assim, sobre as intencionalidades comunicativas levando o discente a perceber que a língua se adapta às múltiplas situações de interação entre os falantes e que cada tipo de linguagem, desde a mais espontânea até a mais rebuscada, tem sua legitimidade. A atividade destaca, inclusive, as características do gênero textual reportagem, elucidando também a importância destes na comunicação e informação das pessoas.

Nessa perspectiva, para que tenha uma compreensão maior do gênero em estudo, é importante que o aluno saiba que “a língua falada e a língua escrita têm regras de funcionamento próprias, atendem a necessidades comunicativas

diferenciadas.” (BAGNO, 2006, p. 54). Desta forma, cada gênero textual possui as suas características, público alvo e intencionalidade comunicativa, a exemplo dos textos jornalísticos que visam, sobretudo, fornecer informações sobre temas relevantes e de interesse coletivo.

Mais adiante, no primeiro capítulo da unidade II, e, também na seção denominada de “Para escrever com expressividade”, Cereja e Magalhães (2015) retomam a apreciação acerca dos tipos de discurso analisando, desta vez, a partir de um trecho da narrativa de um conto intitulado “Menino”, de Lygia Fagundes Telles. Observe-se:

**Figura 13 – O discurso citado: o discurso indireto livre**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Nesta atividade, o aluno parte da leitura do fragmento do conto para investigar de que maneira a autora utiliza-se dos tipos de discurso na narrativa. Diferentemente do gênero textual visto na atividade anteriormente, o conto é um gênero textual com a finalidade de narrar histórias contadas por alguém, as quais acontecem em determinado espaço e com algumas personagens. Em razão disso, este gênero apresenta outro tipo de estrutura. Com efeito, a atividade que segue o fragmento possibilita ao aluno aprender um pouco mais sobre os discursos que formam os textos narrativos ficcionais, compreendendo, inclusive, a função dos sinais de pontuação na construção desses textos.

É válido frisar que, embora os educadores se detenham à leitura do fragmento para análise dos discursos que compõem a narrativa, conforme sugerido no manual, a abordagem dos textos literários para estas finalidades limita significativamente as possibilidades de aprendizagem dos alunos no que concerne à literatura, pois tende a tornar desinteressante o texto literário. É importante buscar meios diversificados de explorar os conteúdos em Língua Portuguesa sempre assim, de forma contextualizada, porém a apreciação do texto literário de forma fragmentada, pouco colabora para a competência leitora, além de distanciar os alunos da leitura na íntegra das obras revelando um método de ensino limitado ao domínio da norma padrão.

Bagno (2006), atenta para o fato de que ainda existe, na sociedade em geral, uma forte cobrança para que estes profissionais continuem “ensinando gramática” da mesma forma que esta era ensinada nas gerações passadas, seguindo as diretrizes e nomenclaturas de antes, o mesmo tipo de exercícios, os mesmos preconceitos contra a variação e a heterogeneidade linguística. Entretanto, essa realidade exige do professor uma postura crítica e dinâmica que lhe impulse a buscar outros métodos e caminhos de apresentar os conteúdos de língua portuguesa a seus alunos.

No primeiro capítulo da unidade III do livro, página 154, na seção: “Estrutura e formação de palavras: na construção do texto” tem-se a seguinte tira de Caco Galhardo:

**Figura 14 – Estrutura e formação de palavras na construção do texto**



(Caco Galhardo. Folha de S. Paulo, 6/5/2014.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Feita a leitura da tira, é proposto aos alunos que após a leitura eles observem a formação dos vocábulos que constituem o texto. Esta atividade é relevante para exploração dos diferentes processos de formação das palavras que é um conteúdo que estabelece um paralelo com as origens das palavras e, por conseguinte, a mudança da língua ao longo do tempo e até mesmo o contributo de outras línguas no léxico de um idioma.

Além disso, a quinta e última questão solicita aos alunos que “brinquem” com as palavras, assim como fez o autor da tira ao fazer humor com a criação do termo: porco lógico. Para isso, os alunos são convidados a expressarem outras palavras que também se originam dessa brincadeira de formar novos termos a partir de vocábulos já existentes. Neste processo de criatividade, os alunos podem também aprender novas palavras e inclusive, partilhar de termos e expressões apreendidas em meio a seus familiares, suas comunidades, denotando uma riqueza cultural numa troca dialógica de novos saberes. Além disso, dar visibilidade à linguagem de falantes estigmatizados pela sua forma de falar e compreender as razões pelas quais os mesmos falam como falam é primordial para romper a ideia de que “qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, pelo preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” (BAGNO, 1999, p. 37). Por fim, na página 155, na seção intitulada de “Semântica e discurso”, Cereja e Magalhães (2015), sugerem a leitura do seguinte anúncio:

**Figura 15– Semântica e discurso - Anúncio**



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Este exercício também requer do aluno uma interpretação dos mecanismos de discurso deste gênero textual e do entendimento da intencionalidade do autor com a mensagem veiculada. É uma atividade também sobre o processo de formação das palavras, mas que se detém somente a isso.

Nota-se que, Cereja e Magalhães (2015), priorizaram, na produção da coleção em estudo, o uso de gêneros textuais diversificados, com destaque ao gênero tira e anúncio publicitário que aparecem várias vezes no livro, conforme exposto nas figuras intercaladas ao longo da análise. É um aspecto positivo tendo em vista a importância de que os alunos conheçam o maior número de gêneros textuais no decorrer da sua formação a fim de que entendam, de forma prática e contextualizada, as múltiplas possibilidades da língua através da interação entre seus falantes.

Neste sentido, quanto mais proximidade os alunos têm com gêneros diversos, mais condições terão de desenvolver a leitura, oralidade e dominar o uso de tais gêneros. Aliado à exploração dos gêneros, para um ensino voltado à desmistificação do preconceito linguístico, o educador precisa entender como ocorrem os fenômenos linguageiros, reciclar seus conceitos, reinventar-se para que possa ensinar aos seus alunos que “tudo vai depender de quem *diz o quê, a quem, como, quando, onde, por quê e visando que efeito.*” (BAGNO, 1999, p.124, grifos do autor.).

É importante, portanto, que o aluno compreenda que a língua está em constante dinamismo e que a linguagem se diferencia a depender da intencionalidade discursiva, do contexto comunicativo, dos meios enunciativos. Logo, faz-se fundamental explorar todas essas possibilidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, percebeu-se que nos quatro exemplares analisados os autores deram prioridade aos gêneros textuais da escrita. Evidentemente, é primordial que os alunos tenham familiaridade com tais gêneros tendo em vista que o domínio da escrita é fundamental não somente para o desempenho escolar, mas também para a comunicação em diversas situações comunicativas na sociedade. Contudo, este fato aponta também para uma lacuna quanto à exploração dos gêneros orais que são fundamentais, inclusive, para o melhor entendimento das diferenças entre escrita e fala.

Com efeito, a análise da coleção foi voltada para os aspectos sociolinguísticos especificamente quanto à variação linguística e ao preconceito linguístico. Nos livros, os autores principiam os estudos em torno da língua a partir do conceito, usando como exemplos, as tiras que, quase sempre, mesclam a linguagem verbal e com a não verbal. Ao fazerem uso deste gênero textual, os autores podem trabalhar os efeitos de sentido de uma forma leve, tendo em vista que esse gênero é pautado no humor, trazendo, geralmente, uma linguagem de fácil entendimento e bem mais próximo do cotidiano.

Desta maneira, tendo em vista ser necessário o domínio da norma padrão, a exploração da variação linguística em sala de aula nem sempre é aprofundada por muitos educadores. Contudo, é necessário proporcionar essa aproximação entre o aluno e as nuances da variação da língua para que este compreenda as múltiplas possibilidades e usos da linguagem em seus variados aspectos.

Para tanto, pode-se perceber que os autores também se utilizam de tiras para falar sobre a variação linguística regional. Contudo, as atividades feitas a partir da mensagem veiculada em algumas destas retomam o conceito de variação de forma superficial se limitando, quase sempre, à definição e à interpretação textual e não, por exemplo, a aspectos socioculturais.

Além da tira, constatou-se que os autores optaram por outros gêneros textuais nos quatro livros analisados, a exemplo de: e-mail; lista de palavras; piada; notícias; reportagem; conto e anúncio publicitário. Apesar de usarem com mais frequência o gênero tira, os autores demonstram uma diversificação de gêneros, fator positivo tendo em vista que os gêneros textuais são diversos e apresentam diferenças, haja vista estarem voltados para situações comunicativas específicas.

Logo, quanto mais o aluno estiver em contato na escola dessas especificidades e quanto maior seu conhecimento construído a partir de diferentes gêneros textuais, maior seu aprendizado e entendimento da variedade e funcionamento da língua.

Deste modo, em se tratando dos aspectos sociolinguísticos, especificamente da variação linguística e do preconceito linguístico, infere-se que a coleção Português – Linguagem aborda os conceitos revelando, com isso, uma preocupação por parte dos autores em suscitar o debate em torno destes assuntos.

Contudo, é necessário enfatizar que somente o livro didático não contempla, em si, todos os saberes que os alunos precisam adquirir inclusive no que tange ao preconceito e a variação linguística, sendo fundamental que o professor inove em sua prática e busque outras fontes de conhecimento para aplicar os temas de forma inovadora, criativa e para fomentar nos alunos o interesse em aprender cada vez mais sobre os fenômenos lingüísticos.

Deste modo, espera-se que este trabalho colabore para promover uma reflexão no tocante aos assuntos elencados para análise nos livros didáticos, especialmente sobre a variação linguística. Este contato em sala de aula é pertinente para desmistificar o mito da unidade linguística bem como trazer ao entendimento do aluno as particularidades em torno da língua em sua multiplicidade de sentidos e possibilidades e, por conseguinte, coibir a discriminação que os falantes das variantes não padrão sofrem. Ainda, sugere-se que sejam feitas novas pesquisas com a temática aqui debatida, de modo a colaborar para agregar conhecimentos sobre as coleções de livros didáticos no que se refere a aspectos sociolinguísticos.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Beatriz. **Variação Linguística: o que é, tipos, exemplos e exercícios**, 2018. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2018/06/06/tipos-de-variacao-linguistica/>> Acesso em 12 de fevereiro de 2020.
- ALVES, Maria Adriana Leite. **A sociolinguística e as narrativas populares: a variação linguística do conto ao reconto**. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. Parábola Ed., 2002.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. Contexto, 2006.
- BARROS, José Batista de; ROSA, Adriana Letícia Torres da. **Gênero textual debate e ensino: concepções pedagógicas**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, v. 5, n. 2, 2013.
- BEIERSDORFF<sup>19</sup>, LucianiWienke. **A base nacional comum curricular e a língua portuguesa: habilidades e competências**. Instituto de letras e artes—ila curso de pós-graduação lato sensu em linguística e ensino de língua portuguesa, p. 113, 2018.
- BORTONI-RICARDO, Stella. Maris. **Nós cheguem na escola, e agora?: Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº. 1.006, de 30 de Dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: Acesso em: 16 jun 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao\\_revista.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao_revista.pdf). Acesso em 02 jun 2020.
- CASTILHO, A. T. de. **A língua falada e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2000.
- COAN, Márluce; FREITAG, Raquel Meister Ko. **Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino**. Domínios de Linguagem, v. 4, n. 2, p. 173-194, 2010.

COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. **O tratamento da variação linguística no Livro Didático de Português**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COELHO, Izete. Lehmkuhl. *et al.* **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

FARIA, Ana Lúcia G. de. 14ª ed. **Ideologia no livro didático**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, Márcia Regina. **Língua e dialeto**: uma discussão teórica sobre a variação e o preconceito. *Maiêutica-Estudos Linguísticos, Literários e Formação Docente*, v. 2, n. 1, 2014.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo**: a forma do conteúdo. *DAPesquisa*, v. 3, n. 05, p. 300-307, 2019.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, IzeteLehmkuhl. **Variação linguística e ensino de gramática**. *Workingpapers em Linguística*, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009.

HORA, Demerval da. **Estudos sociolinguísticos**: perfil de uma comunidade. Santa Maria: Palotti, 2003.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático**: um (quase) manual de usuário. Em Aberto, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**: preconceito. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=laWld>> Acesso 02 jun 2020.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Andreza Marcião dos *et al.* **Análise dos livros didáticos de língua portuguesa sob a perspectiva da sociolinguística educacional**. 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2006

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.